



Sexualidade e gênero: o que pensam os adolescentes? O papel da escola e sociedade na visão de adolescentes sobre a temática

Sexuality and gender: what do teenagers think? The role of school and society in the view of teenagers about the subject

Vanessa Ayres Tibiriçá

Psicóloga; Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil;
E-mail: vanessaatibirica@hotmail.com; ORCID: 0000-0002-8035-3898

Victor Gabriel Souza Faria

Psicólogo; Psicólogo pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, MG, Brasil;
E-mail: victorgsf97@gmail.com; ORCID: 0000-0003-2624-1948

Ana Luiza Capanema da Silva

Psicóloga; Pós-graduada MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade do Estado de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz -ead, São Paulo, SP, Brasil;
E-mail: capanemapsicologia@gmail.com; ORCID: 0000-0002-0857-2623

Camila Souza de Almeida

Enfermeira; Pós-doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São João del-Rei, Divinópolis, MG, Brasil;
E-mail: csalmeida_1@hotmail.com; ORCID: 0000-0002-7032-0945

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a percepção dos alunos, bem como as práticas educativas nas escolas quanto à abordagem dos temas sexualidade e gênero com adolescentes do nono ano do Ensino Fundamental. Para isto, foi feito um estudo qualitativo, com dez estudantes, entre 13 e 15 anos, em escolas públicas estaduais de uma cidade do Centro-Oeste Mineiro. A pesquisa foi realizada entre setembro e dezembro de 2019. Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro semiestruturado, confeccionado pelos próprios pesquisadores, contendo questões acerca do conhecimento dos jovens sobre sexualidade e gênero, preconceito, violência e a forma como o tema é abordado no ambiente escolar. A análise utilizou o referencial teórico-metodológico da hermenêutica-dialética. Os resultados demonstraram um desconhecimento dos estudantes no que concerne à conceituação de gênero e orientação sexual. No que diz respeito à abordagem das escolas referente ao assunto, observou-se ainda uma visão biologicista e uma dificuldade em dialogar com os adolescentes sobre suas dúvidas e posicionamentos. A maioria dos participantes também relatou ter sofrido ou presenciado preconceito contra mulheres ou devido à orientação sexual. Por fim, os achados deste estudo indicaram a necessidade de reflexão sobre o paradigma dominante da educação sexual nas escolas, como também a necessidade de superar os tabus e construir uma abordagem mais multidisciplinar, abrangente e inclusiva, que respeite a autonomia dos adolescentes em relação à sua sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade; Adolescente; Educação; Violência de gênero; Pesquisa qualitativa.

Abstract: Objective: to understand and analyze the knowledge and perception of students and educational practices in schools regarding the approach to the theme of sexuality and gender with adolescents in the 9th grade of elementary school. **Methodology:** Qualitative study, carried out with ten students aged between 13 and 15 years old from state public schools in a city in the center of West Mineiro. The research was carried out between September and December 2019. For data collection, a semi-structured script prepared by the researchers was used, with questions about young people's knowledge about sexuality and gender, prejudice, violence and the way the topic is addressed in the environment school. The analysis used the theoretical-methodological framework of hermeneutics-dialectics. **Results:** The results demonstrate a lack of knowledge on the part of students regarding the conceptualization of gender and sexual orientation. Regarding the approach of schools on the subject, there is still a biological view and a difficulty in dialoguing with adolescents about their doubts and positions. Most participants also reported having suffered or witnessed prejudice against women or due to sexual orientation. **Conclusion:** The findings of this study indicate the need for reflection on the dominant paradigm of sex education in schools, as well as the need to overcome and build a more multidisciplinary, comprehensive and inclusive approach that respects the autonomy of adolescents in relation to their sexuality.

Keywords: Sexuality; Adolescent; Education; Gender violence; Qualitative research.

Introdução

A sexualidade é uma questão inerente aos seres humanos, tendo em seu desenvolvimento muitas particularidades. Para os adolescentes, que passam por mudanças desafiadoras, são notórias as dúvidas relacionadas a este assunto.^{1,2}

O campo da sexualidade foi estudado e influenciado durante a primeira parte do século XX, por Freud, o qual introduziu concepções novas sobre o tema, apontando que as formas das sexualidades ditas “perversas”, condenadas socialmente, estavam presentes em todos os indivíduos considerados saudáveis e “normais.”³ Mais tarde, no mesmo século, Michel Foucault, ao estudar sobre a sexualidade, classificou-a como um dispositivo, algo da ordem discursiva, não sendo, portanto, um objeto a ser descoberto. A partir desses pensadores, torna-se possível estudar também os efeitos políticos e as estratégias de poder que formam, sustentam, modificam e reforçam esses discursos.⁴

Já o conceito de gênero, pode ser compreendido como algo além do sexo biológico, elaborado a partir de variáveis culturais, históricas e discursivas. Segundo Judith Butler,⁵ o gênero pode ser caracterizado como algo performativo, pela repetição de atos, através da imitação do que é classificado como sendo característico deste ou daquele gênero. A autora ainda defende a sexualidade e o gênero não como elementos plenamente determinados, estando o sujeito sempre em construção destes por meio de seus atos, suas ações e, desta maneira, o indivíduo constitui-se e transforma-se.⁵

Com Michel Foucault e Judith Butler, os estudos sobre sexualidade e gênero ganharam novos olhares, já que, além da discussão sobre o gênero, passou-se a debater questões referentes à comunidade lésbica, gay, bissexual, transexual e outros não heteronormativos (LGBTQIAPN+).

Nesse contexto, a adolescência põe-se como um período importante para discussão da sexualidade, pois é uma fase da vida em que dúvidas diversas surgem, dado que o indivíduo inicia um maior convívio com outras pessoas que não eram da família. Esse estágio é determinado pelo desenvolvimento e crescimento psicossocial, período no qual o sujeito passa por múltiplas mudanças fisiológicas, anatômicas, cognitivas, emocionais, sociais e psicológicas. Portanto, essa etapa da vida possibilita contato com novos mundos e experiências diversas, o que pode ser extremamente positivo, mas também trazer fatores negativos e de risco, como por exemplo, uso de álcool e outras drogas, relação sexual sem segurança, entre outros.^{6,7}

Em 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que 16 milhões de adolescentes, entre 15 e 19 anos, engravidaram por ano.⁸ Especificamente no Brasil, a cada ano, nascem 19 mil bebês vivos de mães com 10 a 14 anos de idade, acarretando uma média maior que a mundial quanto à gravidez na adolescência, tendo, nesta faixa etária, 53 grávidas a cada mil, enquanto no mundo são 41 por mil.⁹

Isto posto, tornam-se necessárias as discussões de assuntos presentes no cotidiano desses adolescentes, que não se enquadrem apenas em informar ao adolescente os conceitos pré-formulados, mas que tenham como objetivo a escuta ativa dos adolescentes, buscando compreender suas vivências, expectativas e temores.⁷ Vale ressaltar que essa fase da vida, além das descobertas, incertezas e curiosidades, é marcada, infelizmente, por *bullyings*, preconceitos e violências referentes a esta temática. Assim, esta discussão coloca a escola numa posição de extrema importância para o tratamento deste tópico, visto que a instituição toma um lugar de condutora de conhecimento aos adolescentes, sendo uma ferramenta de informações significativa para a formação do cidadão, incluindo seu direito sexual e reprodutivo, que conta com sua proteção e prevenção.¹⁰

Com base no exposto, percebeu-se a importância de ser trabalhada a sexualidade e gênero nas escolas, tanto por serem temas relevantes, que podem ajudar os jovens, quanto à consciência dos riscos a que são expostos. Igualmente, o conhecimento do assunto pode levá-los a questionar paradigmas e normas sociais que, doutra forma, aumentam a intolerância e o preconceito. Além disso, abre-se a possibilidade de acolher/orientar os adolescentes que não se enquadram nos grupos normativos. Conseqüentemente, discutir gênero e sexualidade é de extrema importância para que os alunos percebam a normatização imposta nestas áreas e consigam determinar-se dentro ou fora dela. Para além, as discussões podem conduzi-los a entender a subversão existente sem produzir nenhum tipo de preconceito.

Para contemplar a complexidade da temática escolheu-se como fundamentação teórica para a pesquisa a teoria de gênero e sexualidade da filósofa Judith Butler, autora que defende a sexualidade

e o gênero não como algo plenamente determinado, afirmando que o sujeito está sempre em construção por meio dos seus atos, de suas ações, e desta maneira, construindo-se e se transformando.

5

Desta forma, este trabalho tem por objetivo analisar a percepção dos alunos e as práticas educativas nas escolas quanto à abordagem dos temas sexualidade e gênero com adolescentes do nono ano do Ensino Fundamental.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e tem como foco o entendimento em profundidade dos fenômenos, seja pela observação, descrição ou análise da cultura de um determinado contexto.¹¹ Os estudos ocorreram no município de Divinópolis, localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais e priorizou captar realidades diversas das dozes regiões que a cidade é dividida, sendo, pelo menos, uma escola em cada região da cidade. Contudo, por tratar-se de tema sensível, apenas quatro escolas aceitaram participar (escolas nas regiões Sudoeste, Sudeste e Nordeste da cidade).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2019. Primeiramente, o projeto foi enviado à Superintendência Regional de Ensino para ser autorizado. Com o consentimento, as escolas foram contatadas para ser verificada a possibilidade da realização da pesquisa. Durante esse contato, o projeto foi apresentado ao corpo administrativo das instituições. Após o aval das escolas, ocorreu o primeiro contato direto com os estudantes, explicando o projeto e requisitando que seus responsáveis legais assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para autorizar a participação de cada aluno. Poucos estudantes apresentaram o termo assinado, a maior parte justificou esquecimento. Os adolescentes que tinham a autorização dos responsáveis foram convidados a participar e assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

A coleta dos dados contou com dois momentos, sendo que no primeiro foi aplicado questões objetivas, baseadas na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2015 (PeNSE). O questionário foi dividido em perguntas gerais sobre idade, cor da pele, turno de estudo, pretensões após término dos estudos, com que morava, acesso à internet, renda familiar, se o adolescente trabalhava e nível de escolaridade da mãe. A segunda parte do questionário buscou informações sobre a saúde e reprodutiva e tinha questões relacionadas com início da atividade sexual, idade com que iniciou, uso de preservativo, métodos contraceptivos, se o adolescente já tinha recebido informações sobre IST e se a escola já orientou sobre o tema.

A segunda etapa da coleta de dados consistiu em uma entrevista semiestruturada baseadas em um roteiro desenvolvido pelos próprios pesquisadores com base no referencial teórico. As

questões estavam relacionadas a vivência dos adolescentes quanto a questão da sexualidade, em que se abordou como a escola trabalhava o tema, se já passaram ou viram alguém sofrer algum tipo de preconceito devido a orientação sexual e questões relacionadas a como família e amigos abordavam o assunto da sexualidade e gênero. As entrevistas ocorreram na própria escola, em sala destinada a este fim e foram gravadas, com autorização prévia do estudante, tendo em média 20 minutos.

No total 15 adolescentes do nono ano do Ensino Fundamental participaram da pesquisa, a escolha desta faixa etária ocorreu por terem o mínimo de escolarização para responder ao questionário autoaplicado, como também por ser essa a faixa etária preconizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para estudos com adolescentes escolares. Mas dos 15 estudantes, oito participaram das duas etapas, questionário e entrevista semiestruturada, três apenas aceitaram participar da entrevista semiestruturada e quatro responderam apenas ao questionário estruturada.

O critério de inclusão deu-se da seguinte maneira: alunos matriculados no nono ano do Ensino Fundamental em instituições públicas estaduais de ensino e idade compatível com a do estudo. Já o critério de exclusão foi não estarem presentes no dia da pesquisa na escola.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na íntegra e identificadas por códigos alfanuméricos, sendo utilizada a letra E (estudante) seguido pelo número do entrevistado. Assim também, deu-se no diário de campo, em que se registrou as impressões dos pesquisadores sobre as escolas, alunos e áreas de atuação.

Em seguida, realizou-se a transcrição das entrevistas para as quais a análise utilizou como referencial metodológico a hermenêutica-dialética. Tal escolha ocorreu por se entender que o presente estudo abarcava a compreensão dos sentidos que os adolescentes têm do que é gênero e sexualidade, a qual se dá pela comunicação entre os sujeitos em sociedade. Buscou-se também perceber os contextos desses jovens e seus discursos, colocando-os como atores que julgam, observam e compartilham o que ouvem. Sendo assim, a hermenêutica é fundamental neste processo por ser a teoria que busca esclarecer as condições sob as quais surgem as falas.^{12,13} Já a dialética também foi utilizada por buscar nos fatos, na linguagem e cultura o contraditório, o que não é explícito, oportunidade de apresentar-se crítico sobre estes.^{12,13}

Para a análise, realizou-se a leitura completa de todas as entrevistas. Após, foram criados núcleos do sentido e determinantes gerais, que associaram as falas dos entrevistados e o diário de campo. Por fim, foram sintetizadas as etapas anteriores com a criação das seguintes categorias: i) Conceituando sexualidade e gênero; ii) Relação das escolas com os temas sexualidade e gênero; e iii) Paradigmas socioculturais.¹⁴

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais, atendendo às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram o TALE e tiveram a autorização de seus responsáveis legais por meio do TCLE.

Resultados e Discussão

Foi possível perceber que a escola localizada na região Nordeste da cidade se encontrava com uma estrutura mais precária, igualmente alunos mais desatualizados perante o assunto da pesquisa. Já a escola da região Sudeste, apesar de apresentar recursos limitados, a compreensão dos alunos não se mostrava tão restrita, conseguindo expor melhor o que pensavam e os conhecimentos que tinham. Por fim, as duas escolas da região Sudoeste da cidade, próximas ao centro da cidade, mostraram-se mais bem estruturadas. Nestas, os entrevistados apresentaram bastante interesse em participar, além de manifestarem conhecimentos mais elaborados e coerentes. Em suma, nas escolas periféricas e que apresentavam um contexto sociocultural mais precário, os alunos tinham uma compreensão limitada sobre o assunto em relação aos alunos das escolas mais centrais.

Dos 15 participantes, 13 (86,6%) era do sexo feminino. Com base no questionário, dos 12 respondidos, a média de idade era de 14,58 anos, 7 (58,3%) com 15 anos, 5 (41,7%) com 14 anos, e 6 (50%) consideravam-se brancos. Em relação ao futuro, um (8,3%) estudante esperava concluir o Ensino Médio, três (25%) estudantes planejavam chegar à graduação, cinco (41,7%) estudantes afirmaram querer concluir até a pós-graduação e um (8,3%) não soube responder. A grande maioria (66,7%) esperava terminar o Ensino Fundamental, continuar estudando e trabalhando, mas no momento da pesquisa apenas quatro trabalhavam. Dos 12 adolescentes, 5 (41,7%) moravam com a mãe e o pai, 4 (33,3%) com a mãe, 2 (16,7%) com o pai e 1 (8,3%) sem nenhum dos dois responsáveis. Com relação a quantidade de pessoas na casa, um deles morava com sete pessoas e dois estudantes com duas pessoas, os outros variavam de três a seis pessoas. Todos possuíam internet em suas casas.

Referente à saúde sexual e reprodutiva, 8 (53,3%) informaram que já haviam tido relação sexual, 4 (26,7%) ainda não, e 2 (13,3%) não quiseram informar. Dos que tiveram, todos na ocasião usaram preservativo, dois deles, na época, tinham 14, um 13 e um 15 anos. Desses quatro adolescentes, dois haviam tido relação apenas com uma pessoa, um com três e um com cinco; apenas um dos quatro não utilizou método contraceptivo em sua última relação sexual. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), a qual demonstra uma avaliação do comportamento sexual de adolescentes, nos demonstra um crescimento da iniciação precoce dos adolescentes. Por meio de uma análise comparativa das últimas quatro edições a pesquisa evidenciou um aumento no percentual de relação

sexual nos adolescentes entre 2009 e 2019, na primeira edição 27,9% dos pesquisado haviam iniciado sua vida sexual, contra 28,5% dm 2019, entre as meninas esse aumento é mais evidenciado, tendo uma variação de 33,7% entre os períodos. (PeNSE, 2022).¹⁵

Os 12 entrevistados afirmaram ter recebido orientações para prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na escola, somente um afirmou não ter recebido orientação na escola sobre prevenção de gravidez. Dez (83,3%) dos entrevistados receberam informações na escola sobre como obter preservativo de forma gratuita. Porém, analisando esses últimos dados separadamente por escola, notou-se que, em três delas, houve controvérsias. A primeira escola continha dois dos adolescentes entrevistados e um deles afirmou ter recebido informações sobre como conseguir preservativo de forma gratuita o outro não sabia dizer. Na segunda escola, que abrangia três dos entrevistados, um afirmou não ter recebido orientação na escola sobre prevenção de gravidez. Na terceira escola, que abrangia quatro entrevistados, um deles afirmou não ter recebido informações sobre como conseguir preservativo de forma gratuita.

Esses resultados estão de acordo com a literatura e demonstram que adolescentes do final do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em sua maioria, tem conhecimento sobre métodos de prevenção da gravidez e IST,^{16,17} porém outro estudo já demonstrou não ser uma realidade geral ao relatar um baixo número de adolescentes com conhecimento sobre ISTs,¹⁸ indicando que variáveis sociais e econômicas influenciam nesse processo de aprendizagem.

Conceituando Sexualidade e Gênero

Discussões sobre sexualidade sempre causam debates e trazem à tona o preconceito e o desconhecimento. Na adolescência, esse assunto, inevitavelmente, surge com frequência, pois é nessa faixa etária que o ser humano inicia seu desenvolvimento e vivência da sexualidade. Assim, nesse processo de identificação, descoberta e definição, o adolescente pode “terminar na saudável solução existencial ou perpetuar-se na experiência permanente de angústia e de dor psíquica”.^{19:50} Em função disso, a discussão sobre sexualidade com adolescentes é extremamente importante, contudo para sua consolidação seria necessário haver um esclarecimento dos conceitos que rodeiam o assunto, visto que, frequentemente, há uma confusão entre eles, acreditando-se que sexualidade é o mesmo que sexo, gênero, orientação sexual, entre outros.²⁰

Durante as entrevistas, notou-se que comumente "sexualidade" era classificada como a prática do ato sexual:

A sexualidade em si, o sexo lá (E1);

Éé... acho que sexualidade é... tipo... que que você se atrai? Acho que é isso (E4);

Ah, quando fala isso eu entendo isso, atração sexual (E5).

Assim também, o "gênero" era percebido como orientação sexual:

[...] pra mim é o que a pessoa pretende ser sabe? O que ela é, gay, lésbica, hetero... (E6);
Aí, mesma coisa também, tipo, pessoa que quer tipo sexual, essas coisas lésbica, bi, essas coisas de sexualidade também (E7).

Para além, nos discursos dos adolescentes, foram percebidos indícios de um forte viés biologicista, havendo confusões entre os conceitos de gênero, sexualidade e sexo, como pode-se observar nas seguintes falas e indicações dos pesquisadores.

Sexo confundido com gênero:

Gênero... Masculino, feminino essas coisas? (E1);
Cê fala é o que? Gênero tipo... feminino, masculino? (E2);
Éé... não sei (riso)... tipo... gênero é o que nasce? (E4);
Hm, a diferença que eu acho é que o homem é o homem e tem a mulher que é totalmente diferente, tipo, entre o homem e a mulher muda muita coisa, os órgãos, muda tudo (E10).

Sexo confundido com sexualidade:

Pessoas. Cada um tem um sexo né? é... pelo órgão sexual eu acho, fica muito por isso (E8).

Em algumas falas o conceito de gênero parecia desaparecer e as respostas para definir gênero e sexualidade eram demasiadamente semelhantes. Segundo os alunos, eles quase não discutem sobre o tema, quando o fazem é com amigos, na internet ou na igreja:

Mais falando na TV e na internet (E7); muito em ensino religioso (E8).

Grande parte dos entrevistados raramente conversa com a família a respeito e as discussões sobre o assunto nas escolas ocorrem nas aulas da disciplina Ciências.

Ciências... ele (professor) falou sobre esse tema (E10);
Uai, em Ciência explica melhor, assim, do jeito deles, como que acontece. Como que cada um tem o seu sexo, cada um faz suas coisas. [...] (E8).

Sabe-se que sexo se refere à biologia, a uma diferenciação feita por meio de "características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais".^{21:24} Já, quando se fala de orientação sexual, diz-se da atração afetivossexual do indivíduo por alguém, ou seja, refere-se à atração afetiva, emocional e/ou sexual que uma pessoa sente por outra, podendo ser por alguém do seu mesmo gênero, de gênero diferente, de mais de um ou até mesmo de nenhum.²¹

Judith Butler⁵ classificou o gênero como uma ação, um feito, algo performativo, sendo "produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero",^{5:36} mas sem estar ligado diretamente apenas pela cultura. Como o sexo está ligado diretamente ao biológico, o gênero, além de ser cultural, é também discursivo⁵. Este surge como algo plural que acaba sendo restrito a uma

heterossexualidade compulsória, a uma cultura ocidental de dominação masculina, apresentando-se de forma binária entre homem-mulher, masculino-feminino.^{5,22}

Assim, quando se aborda a sexualidade, não se está falando de orientação sexual, de relação sexual e/ou de sexo, mas de um todo, de algo que transcende o limite da atração sexual. Segundo Foucault, “a sexualidade faz parte de nossa conduta, ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo”.^{23:260} A sexualidade aglutina todas nossas orientações, identificações, expressões, definições, condutas, tudo o que nos define sexualmente, o que não está ligado, necessariamente, a atração e/ou relação sexual. Contudo, é compreensível a confusão dos entrevistados com esses conceitos, justamente devido à falta de diálogo e ao acesso escasso à informação, sendo esta, muitas vezes, resumida em concepções biologicistas e/ou religiosas.

Relação das escolas com os temas de sexualidade e gênero

A presença dos temas sexualidade e gênero nas aulas de Ciências condiz com outros estudos presentes na literatura nacional. Um desses estudos apontou que a maior parte dos professores que trabalham estes assuntos em sala, concebem o tema pelo viés da biologia.²⁴ O mesmo pareceu ocorrer em uma das escolas visitadas:

Uai, em Ciência explica melhor, assim, do jeito deles, como que acontece. Como que cada um tem o seu sexo, cada um faz suas coisas. [...] (E8).

Destaca-se que há legislação estadual específica, a qual prevê a presença do tema “orientação sexual” nas aulas de Ciências, reforçando o domínio da visão biologicista.²⁵

A presença do tema na disciplina de Ensino Religioso (ER) também foi citada

[...] na religião é mais sobre a pessoa mesmo, mais profundo (E8).
[...] muito em Ensino Religioso. (E2)

Esse fator pode contribuir para a dificuldade dos alunos em compreender de maneira eficaz o assunto, uma vez que, comumente, professores de ER não possuem formação adequada para abordar o tema e alguns preferem evitá-lo por acharem confuso. Ademais, podem reforçar concepções equivocadas/preconceituosas sobre o tema.²⁶

Um adolescente citou que o assunto foi trabalhado por meio de palestras e eventos, portanto não em uma disciplina específica:

Foi tipo palestra, mas foi só comentário, não foi específico só pra isso, sabe? (E5).

Vê-se que o tema da diversidade sexual, quando trabalhado em salas de aula, dá-se na maioria dos casos atrelados a uma abordagem biologicista e heteronormativa. Geralmente ministradas em

disciplinas relacionadas à Biologia e Ensino Religioso, o que acaba por limitar a discussão e perpetuar antigos paradigmas.⁶ Vale destacar neste ponto que, apesar das restrições de como o tema é tratado nas escolas, os estudantes podem aprender sobre os temas por outras vias. Logo, podem expressar vivências que se confrontam com a rigidez na qual o tema é abordado no currículo escolar pré-determinado.

Como aponta De Moraes,² ao realizar uma revisão sistemática sobre o tema, atuando como uma instituição, a escola é um lugar de mudanças sociais, não sendo, portanto, neutra politicamente para as discussões sobre sexualidade, ao contrário, é marcada por discursos e comportamentos que reforçam mitos e tabus. É importante considerar que a escola é um local propício para a coleta de informações acerca da sexualidade, não só por se tratar de um local com grande número de pessoas, mas por ser um local de interações sociais constantes, as quais, muitas vezes, são atravessadas pelo tema da sexualidade.

O Plano Curricular Nacional (PCN) determinou que a temática deva ser trabalhada de modo transversal, não sendo reduzida a apenas uma abordagem,²⁷ Percebe-se em alguns trabalhos que os profissionais de ensino parecem reconhecer a importância do conteúdo, bem como o interesse dos alunos,^{24, 28} porém fazer uso apenas da abordagem biológica ou religiosa, impede que importantes diálogos e conexões sejam estabelecidos. Observa-se também na literatura relatos de professores que veem a necessidade de uma formação complementar, adequada para o ensino dessa matéria, ao reconhecer as limitações de suas formações originais, acreditando que isso pode ser compensado com o trabalho em conjunto com outros professores, como prevê o PCN.^{24, 27, 28}

Por fim, outros estudos realizados em ambiente escolar afirmaram que trabalhar essa temática não só ajuda a minimizar problemas de saúde relacionados à sexualidade, mas também a promover a autonomia do indivíduo, de modo que os adolescentes possam ter uma melhor autogestão, exercendo sua saúde sexual e tendo uma vivência mais satisfatória e segura da sexualidade, o que auxilia no processo emancipatório.^{2,10} Contudo, contrariamente aos estudos citados, foi observado que, na cidade onde foi realizada a pesquisa, havia movimentações políticas divergentes.

Em setembro de 2021, aprovou-se o projeto de lei ordinária Nº CM 118/2021, no qual se proíbe a utilização de linguagem neutra “na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos”,^{29:1} com a justificativa de proteger os direitos dos estudantes “ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino”.^{29:2}

Paradigmas socioculturais

De acordo com Judith Butler,⁵ nossa sociedade possui uma cultura baseada na heteronormatividade compulsória, a qual se organiza em um sistema de oposição binária sexual que regulamenta gêneros e modelos de corpos, estabelecendo uma diferença entre masculino e feminino, por meio das práticas do desejo heterossexual”.^{5:30} Todavia, é possível perceber um certo desvio nesse poder de regulação da sexualidade. Butler⁵ afirma que não se consegue viver fora da norma e das estruturas do poder, mas é possível subvertê-la.

Nesse ínterim, observa-se que os indivíduos diferentes da heteronormatividade podem estar sujeitos à violência. De maneira geral, no Brasil, há um aumento crescente da violência nos últimos anos. Em 2016, o país atingiu a marca de mais de 60 mil assassinatos, dos quais cerca de 60%, pouco mais de 35 mil, as vítimas eram jovens de 10 a 19 anos de ambos os sexos. Esse dado alarmante indica uma naturalização do fenômeno da violência e uma ausência de políticas públicas eficazes que seriam essenciais para reduzir esses números.³⁰

Se a violência está disseminada, quando se trata de grupos que destoam do que é considerado “normal”, agrava-se principalmente a violência praticada contra a comunidade LGBTQIAPN+, cujos números de mortos e vítimas de crimes de ódio divergem em certos relatórios devido à dificuldade em classificar alguns dos crimes como tendo essa motivação,³¹⁻³³ o que dificulta a discussão e estimula o aumento de rumores falsos sobre o tema. Isso também esteve presente na fala dos adolescentes:

Ah, eu vejo falar mais é na televisão. Que hoje em dia tem muito disso né, agressão esses trem. Aí foi falado assim, vi passando no rádio, na TV (E9);
Assim violência pessoalmente física eu nunca vi, mas verbal sempre tem, todo dia (E5).

Com relação à violência sexual, o balanço de 2019 do disque 100 feito pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos demonstra que 54,59% dos registros feitos foram de violação dos direitos de adolescentes e crianças. (Brasil, 2020).³⁴ Observa-se que de 2011 a 2017 houve muitas notificações de casos contra adolescentes, cerca de 83 mil. Destes, 92,4% eram do sexo feminino e cerca de 67% estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos. A região Sudeste liderou o número de notificações desse tipo de violência.³⁵ Entretanto, pode-se notar algumas mobilizações na esfera legislativa referentes a esse tema, tendo sido criado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei 8069, que tem como foco assegurar a proteção integral a esse grupo.³⁶ Recentemente, em 2017, foi sancionada a Lei 13.431 que trata sobre a violência contra crianças e adolescentes, estabelecendo um sistema de garantia de direitos. No Artigo 4º, Inciso 3º, a Lei de 2017 trata especificamente sobre a violência sexual praticada contra esse grupo.³⁷

Destaca-se também a violência praticada contra mulheres que, entre 2011 e 2017, registrou 83 mil casos de violência sexual, sendo 92,4% das vítimas desses casos do sexo feminino.³⁵ Para além, o Ministério dos Direitos Humanos por meio da Central de Atendimento à Mulher, um sistema que visa registrar denúncias de violência contra as mesmas, compilou em 2017 mais de 80 mil ligações sobre relatos de violência e mais de 70 mil denúncias. Desses, mais de 6 mil casos eram de violência sexual³⁸. Um dos adolescentes entrevistados citou ter uma parente que era “discriminada” pelo marido:

Discriminando, era até com minha tia, que meu tio ficava discriminando ela e tal, aí todo mundo falava pra ela separar dele. Que ela, ele achava que ela tinha que ficar em casa, só em casa, aí ela separou dele e tá tudo certo (E8).

Um outro afirmou ter tido contato, por meio de vídeos, de violência contra mulher:

Por ser mulher? Ah, já. Eu vejo muito, direto aparece vídeo assim de, o homem acha que é superior a mulher, isso eu já vi muito vídeo, mas pessoalmente nunca vi também não (E7).

Jesus²¹ caracterizou o estereótipo como uma figura concreta e preconcebida sobre alguém ou algo e é com base nele que o preconceito se inicia como um juízo pré-formado, induzindo pensamentos, ações e atitudes contra o objeto do preconceito, o que pode culminar em discriminação. Segundo Lopes,³⁹ a mídia reforça a visão estereotipada de que os gays são afeminados. O mesmo vale para o jornalismo ao apenas noticiar casos de violência contra mulheres ou contra a população LGBTQIAPN+ e não estabelecer uma conexão, isto é, não explicitam as motivações dos crimes quando possível e não esclarecem os conceitos, reforçando um desconhecimento da população sobre essas problemáticas.⁴⁰

O fato é que a sociedade é formada por estereótipos que produzem preconceitos e, conseqüentemente, geram discriminações e violência. No caso dos adolescentes, prevaleceu uma visão crítica acerca do preconceito no geral:

Aí acha errado né, homofobia né. Que é muito errado, não tem nada a ver julgar uma pessoa por isso. Só isso, de falar que é errado, que não gosta desse tipo de assunto, da homofobia, racismo essas coisas (E7);

Que não deveria ter todo esse preconceito que existe né, ainda mais no Brasil né, acho que não deveria existir preconceito (E3).

Uma adolescente afirmou presenciar preconceito com uma pessoa próxima, envolvendo a família e religião

Já. Inclusive com ele mesmo, porque a própria família julga por ser evangélico, sabe? Fica naquele negócio de religião, e, ah, muita gente já presenciei já, os olhares, muita coisa (E3).

Oliveira²⁶ destacou a religião como outro fator que pode contribuir para a presença de estereótipos. Sendo a religião considerada um elemento cultural e social, professores de Educação

Religiosa, que ministram conteúdos sobre sexualidade e gênero, tendem a impor um viés religioso na leitura de tais conteúdos. Esse recorte pode estar de acordo com a cosmovisão da crença religiosa, mas não necessariamente de acordo com a visão científica e humanista sobre o tema.⁴¹

Justamente por tratar-se de temáticas sensíveis e envoltas de tabus, a pesquisa deparou-se com limitadores. Algumas escolas não aceitaram o convite para participar do projeto, para além, nas escolas participantes alguns adolescentes não apresentaram o TCLE, o que impossibilitou suas participações. Vale sublinhar o fato da maioria dos entrevistados ser do sexo feminino, o que pode ter afetado a receptividade da pesquisa durante a coleta de dados, em especial nas entrevistas. Considerando que o grau de escolaridade da mãe pode ser usado como um fator indicativo de renda⁴² e que, dos respondentes, cerca de 33,33% responderam que a mãe não concluiu o Ensino Médio, observa-se também limitações referentes à amostragem restrita a escolas públicas, o que resultou em uma delimitação de renda e ao questionário não validado.

Considerações finais

A adolescência é uma fase conturbada que, frequentemente, depara-se com questões relacionadas à sexualidade, que, inevitavelmente, são vivenciadas na escola onde o adolescente frequenta.

Os dados coletados na presente pesquisa nos mostram que o ensino sobre sexualidade e gênero nas escolas está muito ligado em um viés biologicista com foco em prevenção da gravidez, 83% dos entrevistados dizem ter recebido informações na escola sobre como obter preservativo de forma gratuita, por exemplo. Contudo, nas entrevistas quando perguntados sobre sexualidade e gênero vemos uma grande confusão nos conceitos, e falta de instrução nas escolas. Esses dados apontam para uma demanda de reflexão perante o modelo hegemônico de educação sexual nas escolas, reforçando a necessidade de superação e elaboração de um modo mais interdisciplinar, abrangente e inclusivo, o qual respeite a autonomia dos adolescentes perante sua sexualidade e tudo que ela aborda.

Para além, a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas traz um impacto nas atuações profissionais de psicólogos e enfermeiros, pois é entendendo também a formação pedagógica no espaço escolar que os profissionais compreenderão intimamente certas conjunturas de suas profissões. Muitos sujeitos trazem sofrimentos, tanto físicos quanto psicológicos, referentes a questões de gênero e sexualidade. Entender como o sistema educacional funciona perante essa temática é determinante para ser possível elaborar intervenções mais singulares e eficazes para cada sujeito em sofrimento.

Desta forma, vê-se a necessidade de um posicionamento mais objetivo nas escolas para que ideologias não reforcem preconceitos e violências, e, doutra maneira, tratem cientificamente o tema

a fim de esclarecer questões naturais, sociais e individuais. Vemos que as escolas se mostraram abertas para discussão e oportunidades para o desenvolvimento da temática com os alunos, à medida que aceitaram a realização do projeto. Nesta perspectiva abre-se a possibilidade de realização de novos projetos que foquem na perspectiva dos professores além de projetos que visem uma formação continuada desses profissionais.

Para além, vê-se a necessidade de articulações políticas que visem um desenvolvimento nos estudos de sexualidade e gênero, além de uma formação de profissionais mais preparados que reconheçam múltiplas existências do ser humano. Observa-se a necessidade de um projeto educacional mais democrático e atualizado ao nosso tempo, que assume as várias dimensões de subjetividade, incluindo seus direitos referentes a sexualidade e gênero. No primeiro momento, avaliamos a possibilidade de realizações de oficinas, palestras e projetos com profissionais habilitados, tendo parcerias com universidades e serviços públicos, como a Atenção Primária a Saúde.

Nesse sentido, ressalta-se que a escola, para além da formação acadêmica, localiza-se em uma posição de formação social, crítica, justa, responsável e, conseqüentemente, menos excludente.

Referências

1. Domingues E, Libonni MTL, Conde AFC, Toporowicz A, Melo DN, Bazzoti DS et al. Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*. 2018; 13(3):1-15. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n3/09.pdf>
2. De Moraes SP, Da Silva JRB, De Souza MSV. Educação Escolar, Sexualidade e Adolescência: Uma Revisão Sistemática. *Journal of Health Sciences*. 2018; 20(3):221-230. Doi: <http://dx.doi.org/10.17921/2447-8938.2018v20n3p221-230>.
3. Jorge, MAC. Freud com Lacan: a psicanálise hoje. *Reverso*, 2017, 39(73):15-25. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v39n73/v39n73a02.pdf>.
4. Anjos KPL, Lima MLC. Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicol. pesq.* 2016; 10 (2):49-56. Doi: <http://dx.doi.org/10.24879/201600100020059>.
5. Butler J. *Problemas de Gênero Feminismo e Subversão da Identidade*. 16. ed. Civilização Brasileira, 2018 (1990).
6. Assis SG de Avanci JQ, Serpeloni F. O tema da adolescência na saúde coletiva - revisitando 25 anos de publicações. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020;25(12):4831-4842. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.18322020>.
7. Reis AAC dos, Malta DC, Furtado LAC. Desafios para as políticas públicas voltadas à adolescência e juventude a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciênc. saúde coletiva*. 2018; 23(9):2879-2890. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.14432018>.
8. Organização Mundial da Saúde (OMS). Gravidez na adolescência. Organização Mundial de Saúde. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>.
9. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Apesar da redução dos índices de gravidez na adolescência, Brasil tem cerca de 19 mil nascimentos, ao ano, de mães entre 10 a 14 anos. Fundo de População das Nações Unidas. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-redu%C3%A7%C3%A3o-dos-%C3%ADndices-de-gravidez-na-adolesc%C3%A4ncia-brasil-tem-cerca-de-19-mil>.

10. Campos HM, Paiva CGA, Mourthé ACA, Ferreira YF, Assis MCD, Fonseca MC. Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias! *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del Rei. 2018; 13(3):1-16. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3107
11. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. *Rev saúde Pública*. 2005; 39(3):507-14. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>.
12. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Editora: Hucitec, 2014, 407p.
13. Minayo MCS. Hermenêutica dialética como caminho do pensamento social. In: Minayo MCS, Deslandes SF. *Caminhos do pensamento: Epistemologia e método*. Editora FioCruz, 2002, 380p.
14. Alencar TOS, Nascimento MAA, Alencar BR. Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. 2012; 25(2):243-250. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40823359017.pdf>.
15. Pesquisa Nacional de Saúde do escolar (PENSE). análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental municípios das capitais: 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022, 193 p.
16. Carvalho GRO, Pinto RGS, Santos MS. Conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis por estudantes adolescentes de escolas públicas. *Rev. Adolesc. Saude (online)*. 2018; 15(1): 07-17.
17. Cruz LZ, Andrade MS, Paixão GPN, Silva RS, Maciel KMN, Fraga CDS. Conhecimento dos adolescentes sobre contracepção e infecções sexualmente transmissíveis. *Rev. Adolesc. Saude (online)*. 2018; 15(2); 7-18.
18. Brasil ME, Cardoso FB, Silva LM. Conhecimento de escolares sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. *Revista de Enfermagem UFPE on line*. 2019; 13: e242261. Doi: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.24226>.
19. Alves P, Mota CP. Identidade de gênero e orientação sexual na adolescência natureza, determinantes e perturbações. *Revista Eletrônica de Educação e Psicologia*. 2015; 2:45-61. Disponível em: http://edupsi.utad.pt/images/PDF/revistaN2/identidade_de_genero_e_orientacao_sexual_na_adolescencia.pdf.
20. Martins DS. Gênero e sexualidade na educação brasileira contemporânea. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. 20121; 7[S. I.]: 938-948. Doi: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1734>.
21. Jesus JG. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: E-book, 2 ed., 2012, 42p. Disponível em: https://www.dive.sc.gov.br/conteudos/agrivos/publicacoes/ORIENTACOES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_GENERO__CONCEITOS_E_TERMOS_2_Edicao.pdf.
22. Lima VM, Bebê HM. Para além do Édipo: entre Deleuze-Guattari e Laplanche. *Fractal: Revista de Psicologia [online]*. 2020; 32(2) 2020: 162-170. Doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i2/5762>
23. Foucault Michel. uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. São Paulo: Nu-sol, n. 5, 2004, p. 260-277. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4995>.
24. Vieira PM, Matsukura TS. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Revista Brasileira de Educação*. 2017; 22(69): 453-474. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226923> .
25. Minas Gerais. Lei12491, de 16/04/1997, Determina A Inclusão De Conteúdo E Atividades Voltadas Para A Orientação Sexual No Currículo Do Ensino Fundamental e dá Outras Providências. Minas Gerais Diário do Executivo, 1997.
26. Oliveira AM, Miranda MHG, Da Silva MAMP. Questões de gênero, sexualidade e laicidade no ensino público tendo como eixo de debate a disciplina de ensino religioso em escolas de Recife. *ETD-Educação Temática Digital*. 2018; 20 (4):864-886. Doi: <https://doi.org/10.20396/etd.v20i4.8647418>.

27. Furlanetto MF, Lauermann F, Da Costa CB, Marin AH. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*. 2018;48(168):550-571. Doi: <https://doi.org/10.1590/198053145084>.
28. Moreira MC, Maia ACB, De Aguiar HFJ. Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. *Revista Psicologia e Educação On-Line*. 2020; 3(1):47-54. Disponível em: <https://psicologiaeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2020N1/V3N1%20-%205.pdf>.
29. Divinópolis, Câmara Municipal. Projeto de lei ordinária nº cm 118/2021. Dispõe sobre a garantia aos estudantes do município de Divinópolis ao direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Disponível em: https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/30259/projeto_de_lei_118-2021.pdf.
30. Cerqueira DRC, Lima RS, Bueno S, Neme C, Ferreira HRS, Coelho DSC, Alves PP et al. Atlas da violência 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8398>.
31. Colling L, Arruda MS, Nonato MN. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. *Cadernos Pagu* [online]. 2019; (57): e1957021-34. Doi: <https://doi.org/10.1590/18094449201900570002>.
32. Da Bahia, Grupo Gay. Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, relatório 2018. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2018.pdf>
33. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>.
34. Brasil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Relatório de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes em 2019, Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100_crianças-e-adolescentes.pdf/view.
35. Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico, Brasília. 2018; 49(27). Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>.
36. Brasil, Lei no 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.
37. Brasil, Lei 13431 de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, [2017].
38. Ministério dos Direitos Humanos. Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Brasília, DF. 2018.
39. Lopes PO. Racismo, homofobia e reprodução de estereótipos: mídia e história. *Brazilian Journal of Development*. 2019; 5(10): 21592-21604. Doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-308>.
40. Aquino MC. Violência de gênero e violência sexual em abordagens jornalísticas para ampliação do conhecimento. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. 2021; 18(1): 133-147. Doi: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.75246>.
41. Machado MDC. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*. 2018; 26.
42. Almeida CS, Abreu MNS, Andrade SN, Lana FCF. Fatores associados ao uso de álcool por adolescentes. *Texto & Contexto-Enfermagem*. 2021; 30: e20190008. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0008>

Como citar: Tibiriçá VA, Faria VGS, Silva ALC, Almeida CS. Sexualidade e gênero: o que pensam os adolescentes? O papel da escola e sociedade na visão de adolescentes sobre a temática. **Saúde em Redes.** 2023;9(2). DOI: 10.18310/2446-4813.2023v9n2.3955

Submissão: 06/10/2022

Aceite: 10/04/2023